

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem Presidencial nº 2, de 2006 (nº 897, de 22/12/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Distrito Federal, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

RELATOR: Senador **EDISON LOBÃO**

Pela Mensagem nº 2, de 2006 (nº 897, de 22 de dezembro de 2005, na origem), o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 111-A, *in fine*, da Constituição Federal, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Distrito Federal(DF), para compor o Tribunal Superior do Trabalho(TRT), no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, criada conforme disposto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, que altera a composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Compete privativamente a esta Casa, nos termos do art. 52, III, 'a' da Lei Maior, aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, entre os quais juízes do Tribunal Superior do Trabalho (art. 111-A).

O Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 101, inciso II, letra 'i', confia à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a função de emitir parecer sobre as referidas indicações, observado o disposto no

art. 383 do mesmo Diploma, que estabelece o rito a ser seguido na apreciação da escolha das autoridades.

O processado veio acompanhado do *curriculum vitae* do juiz indicado pelo Exmo. Sr. Presidente, com amplos dados sobre sua formação e carreira. Assim, informa que o Doutor ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA nasceu em 4 de julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), é casado e ocupa o posto de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília (DF).

Cursou o 1º e o 2º graus no Colégio Sul Fluminense, em Paraíba do Sul, Estado do Rio, e a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Estagiou no Escritório Escola da mesma Universidade, de 1982 a 1983 (Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária), na 4ª Região Militar do I Exército, em novembro de 1982 (Ação Cívico-Social), e na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura de Juiz de Fora, de setembro de 1992 a setembro de 1993.

Trabalhou na mencionada Prefeitura como assessor do Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, antes de se tornar Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Na Escola Judicial do TRT da 10ª Região foi instrutor, no 1º e 2º Cursos de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos, e professor do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), onde lecionou no Curso de Pós-Graduação *lato sensu* de especialização em Direito do Trabalho.

Serviu como examinador em vários concursos públicos para Juiz do Trabalho, tendo sido nomeado, por merecimento, para o cargo de Juiz Togado da TRT da 10ª Região.

Publicou vários trabalhos, entre os quais “Relação de Emprego, Relação de Trabalho e Competência da Justiça do Trabalho”, “Desvio de Função e Enquadramento de Empregados Públicos”, e “Revelia e Confissão das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno no Processo do Trabalho”.

Participou de vários cursos de extensão e obteve diversas condecorações, das quais citamos a ORDEM DO MÉRITO DE BRASÍLIA, a

ORDEM DO MÉRITO DE DOM BOSCO, e a ORDEM DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRABALHO.

Dessa forma, o currículo do Doutor ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN FERREIRA mostra que o magistrado indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República reúne plenas condições de ocupar o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, dada sua larga experiência no campo do Direito e na Magistratura Trabalhista. Não resta dúvida de que preenche os requisitos constitucionais de notável saber jurídico e reputação ilibada para ocupar o mencionado cargo.

De posse de todos esses dados, que nos parecem plenamente suficientes, submetemos à consideração dos membros da Comissão o nome do Doutor ALBERTO LUIZ BRESCIANI DE FONTAN PEREIRA para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, com base no mandamento contido no art. 111-A da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 25 de janeiro de 2006.

, Presidente

, Relator